

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012.

Edição nº 856

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....2



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 856

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 024/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Procurador de Justiça GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI, para substituir o Procurador de Justiça LUIZ INÁCIO VIGIL NETO na sessão da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 19 de janeiro de 2012, sem ônus para o Estado e sem prejuízo das funções normais (Port. 0096/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 025/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JONAS FARIAS MEDEIROS, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação da Região Metropolitana do Delta do Jacuí (Port. 0067/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LEANDRO FERREIRA TRILHA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o nono (9º) lugar na Lista de Classificação da Região Metropolitana (Port. 0068/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, VLADIMIR GARCIA STIBORSKI, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o oitavo (8º) lugar na Lista de Classificação da Região Sul (Port. 0069/2012).

DESIGNAR

- a contar de 19 de outubro de 2011, o servidor MAURO ROSA DO NASCIMENTO, Adido Força Tarefa, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 0083/2012).

APOSENTAR

- a pedido, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, e tendo em vista o que consta no PR.00576.01171/2011-7, a contar de 18 de janeiro de 2012, a servidora NIDIA ALICE PERRET DE LOS REYES, Agente Administrativo, ID n.º 3425290, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo gratificação adicional de 25% (vinte e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento) referentes a 10 (dez) avanços trienais (Port. 0082/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,

Diretor Geral, em exercício.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 007/2012

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00748.00334/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades de ausência ou deficiência na prestação de serviços públicos essenciais.

2) Inquérito Civil, nº 00761.00037/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades nas obras entregues pelo projeto Minha Casa Minha Vida.

3) Inquérito Civil, nº 00788.00044/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades na venda e distribuição de ingressos além da capacidade máxima do local em eventos que foram realizados.

4) Peça de Informação, nº 00789.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, com a finalidade de apurar as irregularidades relativas a utilização de maquinário da Secretária de Obras do Município de Guarani das Missões.

5) Inquérito Civil, nº 00788.00044/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades de uma eventual ocupação, por particulares, de bens públicos e áreas institucionais do Município de Marau, com anuência da Administração Pública de Marau.



6) Inquérito Civil, nº 00815.00001/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades junto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

7) Inquérito Civil, nº 02/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades no controle do pecúlio dos apenados.

8) Inquérito Civil, nº 00861.00001/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar possível prática de lesão ao erário público em ação trabalhista na qual houve arguição de prescrição pelo advogado.

9) Inquérito Civil, nº 00875.00005/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na emissão de licenças ambientais emitidas para a implantação de loteamentos.

10) Inquérito Civil, nº 00875.00006/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, com a finalidade de apurar possível falta de resposta a pedido de informações elaborado pela Presidência da Câmara de Vereadores de Caraá e a contratação de Cargos de Comissão.

11) Inquérito Civil, nº 00895.00008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Belmiro Pedro Marx Welter, da Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa, na contratação de profissional de advocacia.

12) Inquérito Civil, nº 00903.00001/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Jeane Schilling de Assumpção, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades que possam configurar atos de improbidade administrativa.

13) Inquérito Civil, nº 00908.00001/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de investigar e sanar eventual falha no atendimento de hospital, diante da ausência de profissional de saúde de determinada especialidade em tempo integral.

14) Inquérito Civil, nº 00935.00075/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa em obras de pavimentação e recuperação da Av. Presidente Vargas.

15) Inquérito Civil, nº 00935.00076/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa para construção de uma quadra poliesportiva devido a vícios no edital de licitação.

16) Inquérito Civil, nº 00935.00077/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa para construção de uma quadra poliesportiva devido a desclassificação indevida

de empresas com proposta de menor valor.

17) Inquérito Civil, nº 00935.00078/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa para construção de uma quadra poliesportiva devido a vícios no edital de licitação.

18) Inquérito Civil, nº 00935.00079/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na terceirização dos serviços de assistência social.

19) Inquérito Civil, nº 01175.00069/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades acerca do estreitamento de via de acesso conhecida como “Estrada Fluviana”.

20) Inquérito Civil, nº 01211.00001/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaquez, da Promotoria de Justiça Cível de Osório, com a finalidade de apurar possíveis atos de nepotismo.

21) Inquérito Civil, nº 00864.00193/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar a reabertura de empresa comercial pós-incêndio sem autorização do Poder Público com reforma e construção irregular.

22) Inquérito Civil, nº 01210.00005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira, da Promotoria de Justiça de Terra de Areia, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em concurso público municipal de Itati.

23) Inquérito Civil, nº 00765.00016/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de verificar a observância do piso salarial dos profissionais de educação básica, por parte dos municípios de Espumoso, Alto Alegre e Campos Borges.

24) Inquérito Civil, nº 00748.00002/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades na infra-estrutura da RS-122.

25) Inquérito Civil, nº 00729.00030/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paulo, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades na criação de cargos de comissão sem a realização de concurso.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.